



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



LABORATÓRIO DE FORMAÇÃO GERAL (LABFORM) - 12º CICLO DE ATIVIDADES

3ª SÉRIE

OBS.: Realize apenas as atividades, aqui presentes, solicitadas pelos(as) professores(as) da sua habilitação.

Disciplina: Filosofia

Professor: Marcus Pedroza

Orientações:

Questões:

Movimentos sociais

Os mecanismos de participação política das sociedades democráticas – centrados basicamente nos partidos políticos e nas eleições diretas periódicas – nem sempre dão conta de equacionar o abismo existente entre a pluralidade de suas populações e as instituições de governo dos Estados. Por isso, há quase sempre parcelas da sociedade civil que se veem de alguma maneira marginalizadas e não conseguem ter representação política – às vezes são mesmo proibidas de tê-la.

É por isso que nascem os **movimentos sociais**, com o propósito de vencer as distâncias que separam certos grupos de cidadãos das instituições do Estado. Portanto, o que legitima esses movimentos é, de modo geral, a luta por direitos.

Esses grupos que se sentem socialmente excluídos, discriminados ou mal representados politicamente são comumente chamados de **minorias sociais**. Distintas parcelas da população – como pobres, negros, mulheres, indígenas, LGBTs, pessoas com deficiência, ambientalistas, religiosos, estrangeiros, crianças – podem constituir determinada minoria em função da condição desfavorável que ocupem em uma sociedade.

É bom ter em mente, portanto, que os interesses dos movimentos sociais são tão heterogêneos quanto os interesses, as demandas e as necessidades dos membros das sociedades civis. Suas reivindicações podem envolver desde alterações específicas na legislação até mudanças nos valores e atitudes vigentes de uma sociedade.

De modo semelhante, os métodos empregados pelos movimentos sociais são bem diversos, variando desde o recurso extremo ao enfrentamento físico até a ênfase no discurso, na persuasão e no pacifismo. E um mesmo movimento pode mudar de estratégia de ação ao longo de sua história.



Marcha das Margaridas por ruas de Brasília, em 2011. Movimento social que congrega mulheres do campo e da floresta em busca de visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena. O que as levou a formar esse movimento?



- 1) Em que sentido os movimentos sociais representam aqueles que não tem representação? Explique.

Disciplina: Filosofia

Professor: Murilo Vilaça

Orientações:

Tema: política – origens ocidentais, algumas definições, alguns problemas e paradoxos.

Atividade proposta: leitura do trecho abaixo, extraído do livro Convite à Filosofia, de Marilena Chauí.

Objetivos: (1) acessar e compreender os elementos gerais das origens ocidentais do conceito de política; (2) acessar e compreender a multiplicidade de aplicações do conceito de política; (3) ter contato com alguns dos problemas e paradoxos da vida política.

Sugestão de metodologia de estudo: nas duas próximas semanas, no horário em que estaria na aula: (1) leia o texto; (2) anote ou sublinhe as origens e definições de política apresentadas nele; (3) com suas palavras, formule um pequeno texto, em que você explique o que entendeu dos problemas e do paradoxo apresentados pela autora; (4) escreva suas dúvidas numa folha em separado.

OBS: fique atento ao exemplo utilizado pela autora (do julgamento do ex-presidente Fernando Collor de Mello), pois, embora seja relativamente antigo (1993), continua sendo relevante, haja vista a história recente do Brasil.

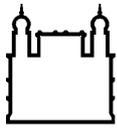
Exercício proposto: articule, relacione e/ou aplique o que é desenvolvido no texto com o debate (sobretudo o que tem sido veiculado pelas mídias) sobre o coronavírus/COVID-19. Por exemplo, diante do que a autora do texto apresenta, o que dizer da afirmação de que não se deve politizar a crise?

Capítulo 7

A vida política Paradoxos da política

O vocabulário da política

O historiador helenista Moses Finley, estudando as sociedades grega e romana, concluiu que o que chamamos de política foi inventado pelos gregos e romanos.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Antes de examinarmos o que foi tal invenção, já podemos compreender a origem greco-romana do que chamamos de política pelo simples exame do vocabulário usado em política: democracia, aristocracia, oligarquia, tirania, despotismo, anarquia, monarquia são palavras gregas que designam regimes políticos; república, império, poder, cidade, ditadura, senado, povo, sociedade, pacto, consenso são palavras latinas que designam regimes políticos, agentes políticos, formas de ação política.

A palavra política é grega: *ta politika*, vinda de *polis*.

Polis é a Cidade, entendida como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos (*politikos*), isto é, pelos homens nascidos no solo da Cidade, livres e iguais, portadores de dois direitos inquestionáveis, a isonomia (igualdade perante a lei) e a isegoria (o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a Cidade deve ou não deve realizar).

Ta politika são os negócios públicos dirigidos pelos cidadãos: costumes, leis, erário público, organização da defesa e da guerra, administração dos serviços públicos (abertura de ruas, estradas e portos, construção de templos e fortificações, obras de irrigação, etc.) e das atividades econômicas da Cidade (moeda, impostos e tributos, tratados comerciais, etc.).

Civitas é a tradução latina de *polis*, portanto, a Cidade como ente público e coletivo. *Res publica* é a tradução latina para *ta politika*, significando, portanto, os negócios públicos dirigidos pelo *populus romanus*, isto é, os patrícios ou cidadãos livres e iguais, nascidos no solo de Roma.

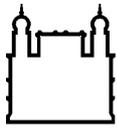
Polis e *civitas* correspondem (imperfettamente) ao que, no vocabulário político moderno, chamamos de Estado: o conjunto das instituições públicas (leis, erário público, serviços públicos) e sua administração pelos membros da Cidade.

Ta politika e *res publica* correspondem (imperfettamente) ao que designamos modernamente por práticas políticas, referindo-se ao modo de participação no poder, aos conflitos e acordos na tomada de decisões e na definição das leis e de sua aplicação, no reconhecimento dos direitos e das obrigações dos membros da comunidade política e às decisões concernentes ao erário ou fundo público.

Dizer que os gregos e romanos inventaram a política não significa dizer que, antes deles, não existiam o poder e a autoridade, mas sim que inventaram o poder e a autoridade políticos propriamente ditos. Para compreendermos o que se pretende dizer com isso, convém examinarmos como era concebido e praticado o poder nas sociedades não greco-romanas.

Paradoxos da política

Não é raro ouvirmos dizer que “lugar de estudante é na sala de aula e não na rua, fazendo passeata” ou “estudante estuda, não faz política”. Mas também ouvimos o contrário, quando alguém diz que “os estudantes estão alienados, não se interessam por política”. No primeiro caso, considera-se a política uma atividade própria de certas pessoas encarregadas de fazê-la – os políticos profissionais –, enquanto no segundo caso, considera-se a política um interesse e mesmo uma obrigação de todos. Assim, um primeiro paradoxo da política faz aqui sua



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

aparição: é ela uma atividade específica de alguns profissionais da sociedade ou concerne a todos nós, porque vivemos em sociedade?

Como se observa, usamos a palavra política ora para significar uma atividade específica – o governo -, realizada por um certo tipo de profissional – o político -, ora para significar uma ação coletiva – o movimento estudantil nas ruas – de reivindicação de alguma coisa, feita por membros da sociedade e dirigida aos governos ou ao Estado. Afinal, a política é uma profissão entre outras ou é uma ação que todos os indivíduos realizam quando se relacionam com o poder? A política se refere às atividades de governo ou a toda ação social que tenha como alvo ou como interlocutor o governo ou o Estado?

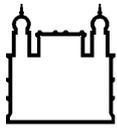
No entanto, podemos usar a palavra política ainda noutro sentido.

De fato, frequentemente, encontramos expressões como “política universitária”, “política da escola”, “política do hospital”, “política da empresa”, “política sindical”. Nesse conjunto de expressões, já não encontramos a referência ao governo nem a profissionais da política. “Política universitária” e “política da escola” referem-se à maneira como uma instituição de ensino (pública ou privada) define sua direção e o modo de participação ou não de professores e estudantes em sua gestão, ao modo como os recursos serão empregados, ao currículo, às formas de avaliação dos alunos e professores, ao tipo de pessoa que será recebida como estudante ou como docente, à carreira dos docentes, aos salários, e, se a instituição for privada, ao custo das mensalidades e matrículas, etc.

Em sentido próximo a esse fala-se de “política do hospital”. Já “política da empresa” refere-se ao modo de organização e divisão de poderes relativos aos investimentos e aos lucros de uma empresa, à distribuição dos serviços, à divisão do trabalho, às decisões sobre a produção e a distribuição dos produtos, às relações com as outras empresas, etc. “Política do sindicato” refere-se à maneira de preencher os cargos de direção sindical, às formas de representação e participação dos sindicalizados na direção do sindicato, aos conteúdos e às formas das reivindicações e lutas dos sindicalizados em face de outros poderes, etc.

Podemos, então, indagar: Afinal, o que é a política? É a atividade de governo? É a administração do que é público? É profissão de alguns especialistas? É ação coletiva referida aos governos? Ou é tudo que se refira à organização e à gestão de uma instituição pública ou privada? No primeiro caso (governo e administração), usamos “política” para nos referirmos a uma atividade que exige formas organizadas de gestão institucional e, no segundo caso (gestão e organização de instituições), usamos “política” para nos referirmos ao fato de que organizar e gerir uma instituição envolve questões de poder. Em resumo: Política diz respeito a tudo quanto envolva relações de poder ou a tudo quanto envolva organização e administração de grupos?

Como veremos posteriormente, o crescimento das atribuições conferidas aos governos, sob a forma do Estado, levou a uma ampliação do campo das atividades políticas, que passaram a abranger questões administrativas e organizacionais, decisões econômicas e serviços sociais.



Essa ampliação acabou levando a um uso generalizado da palavra política para referir-se a toda modalidade de direção de grupos sociais que envolva poder, administração e organização.

Podemos, assim, distinguir entre o uso generalizado e vago da palavra política e um outro, mais específico e preciso, que fazemos quando damos a ela três significados principais inter-relacionados:

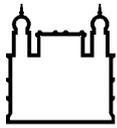
1. o significado de governo, entendido como direção e administração do poder público, sob a forma do Estado. O senso comum social tende a identificar governo e Estado, mas governo e Estado são diferentes, pois o primeiro diz respeito a programas e projetos que uma parte da sociedade propõe para o todo que a compõe, enquanto o segundo é formado por um conjunto de instituições permanentes que permitem a ação dos governos.

Ao Estado confere-se autoridade para gerir o erário ou fundo público por meio de impostos, taxas e tributos, para promulgar e aplicar as leis que definem os costumes públicos lícitos, os crimes, bem como os direitos e as obrigações dos membros da sociedade. Também se reconhece como autoridade do governo ou do Estado o poder para usar a força (polícia e exército) contra aqueles que forem considerados inimigos da sociedade (criminosos comuns e criminosos políticos). Confere-se igualmente ao governo ou ao Estado o poder para decretar a guerra e a paz. Exige-se dos membros da sociedade obediência ao governo ou ao Estado, mas reconhece-se o direito de resistência e de desobediência quando a sociedade julga o governo ou mesmo o Estado injusto, ilegal ou ilegítimo.

A política, neste primeiro sentido, refere-se, portanto, à ação dos governantes que detêm a autoridade para dirigir a coletividade organizada em Estado, bem como às ações da coletividade em apoio ou contrárias à autoridade governamental e mesmo à forma do Estado;

2. o significado de atividade realizada por especialistas – os administradores – e profissionais – os políticos –, pertencentes a um certo tipo de organização sociopolítica – os partidos –, que disputam o direito de governar, ocupando cargos e postos no Estado. Neste segundo sentido, a política aparece como algo distante da sociedade, uma vez que é atividade de especialistas e profissionais que se ocupam exclusivamente com o Estado e o poder. A política é feita “por eles” e não “por nós”, ainda que “eles” se apresentem como representantes “nossos”;

3. o significado, derivado do segundo sentido, de conduta duvidosa, não muito confiável, um tanto secreta, cheia de interesses particulares dissimulados e frequentemente contrários aos interesses gerais da sociedade e obtidos por meios ilícitos ou ilegítimos. Este terceiro significado é o mais corrente para o senso comum social e resulta numa visão pejorativa da política. Esta aparece como um poder distante de nós (passa-se no governo ou no Estado), exercido por pessoas diferentes de nós (os administradores e profissionais da política), através de práticas secretas que beneficiam quem as exerce e prejudicam o restante da sociedade. Fala-se na política como “mal necessário”, que precisamos tolerar e do qual precisamos desconfiar. A desconfiança pode referir-se tanto aos atuais ocupantes dos postos e cargos políticos, quanto a grupos e organizações que lhes fazem oposição e pretendem derrubá-los, seja para ocupar os mesmos postos e cargos, seja para criar um outro Estado, através de uma revolução socioeconômica e política.



Onde está o paradoxo? Na divergência entre o primeiro e o terceiro sentido da palavra política, pois o primeiro se refere a algo geral, que concerne à sociedade como um todo, definindo leis e costumes, garantindo direitos e obrigações, criando espaço para contestações através da reivindicação, da resistência e da desobediência, enquanto o terceiro sentido afasta a política de nosso alcance, fazendo-a surgir como algo perverso e maléfico para a sociedade. A divergência entre o primeiro e o terceiro é provocada pelo segundo significado, isto é, aquele que reduz a política à ação de especialistas e profissionais.

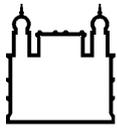
Essa situação paradoxal da política acaba por fazer-nos aceitar como óbvias e verdadeiras certas atitudes e afirmações que, se examinadas mais a fundo, seriam percebidas como absurdas.

Tomemos um exemplo recente da história da política do País. Em 1993, durante o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), do pedido do ex-presidente da república, Fernando Collor de Mello, de não-suspensão de seus direitos políticos, ouvimos, em toda a parte, a afirmação de que o Poder Judiciário (do qual o Supremo Tribunal Federal é o órgão mais alto) só teria sua dignidade preservada se o julgamento do pedido não fosse um “julgamento político”.

Onde está o paradoxo? No fato de que a república brasileira é constituída por três poderes políticos – executivo, legislativo, judiciário -, e, portanto, o Supremo Tribunal Federal, sendo um poder político da República (um poder do Estado), não pode ficar fora da política. Que sentido, portanto, poderia ter a idéia de que o órgão mais alto do Poder Judiciário não deve julgar politicamente? Como desejar que um poder do Estado, portanto, um poder político, aja fora da política?

Mais paradoxal, ainda, foi o modo como os juízes, após o julgamento, avaliaram seu próprio trabalho, dizendo: “Foi um julgamento legal e não político”. Ora (e nisso reside o paradoxo), a lei não é feita pelo Poder Legislativo? Não é parte da Constituição da República? Não é parte essencial da política? Como, então, separar o legal e o político, se a lei é uma das formas fundamentais da ação política? Na verdade, quando se insistia em que o julgamento “não fosse político” e se elogiava o julgamento por “ter sido apenas legal”, o que estava sendo pressuposto por todos (sociedade e juízes) era a identificação costumeira entre política e interesses particulares escusos, contrários aos da maioria, que por isso deve ser protegida pela lei contra a política. O paradoxo está no fato de que uma forma essencial da política – a lei – aparece como proteção contra a própria política. Uma outra afirmação que aceitamos tranquilamente é aquele que acusa e critica uma greve, declarando que se trata de “greve política”. É curioso que usemos, sem problema, a expressão “política sindical” e, ao mesmo tempo, a condenemos, criticando uma greve sob a alegação de ser “política”.

Em certos casos, é compreensível o paradoxo. Quando, por exemplo, se trata de trabalhadores de uma fábrica de automóveis que, em nome de melhores salários, entram em greve contra a direção da empresa, compreende-se que a greve seja considerada “simplesmente econômica”. Ao criticá-la como “greve política” está-se, como sempre, querendo dizer que os grevistas, sob



a aparência de uma reivindicação salarial, estariam defendendo interesses particulares escusos e ilegítimos, ou buscando, dissimuladamente, vantagens e poderes para alguns sindicalistas. A palavra política é, assim, empregada para dar um sentido pejorativo à greve.

Há casos, porém, em que a expressão “greve política”, usada como crítica ou acusação, é surpreendente. Suponhamos, por exemplo, que os trabalhadores de um país façam uma greve geral contra o plano econômico do governo. Estão, portanto, recusando uma política econômica e, nesse caso, a greve é e só pode ser política. Por que, então, acusar uma greve por ela ser o que ela é? O motivo é simples: para o senso comum social, dizer de alguma coisa que ela é “política” é fazer uma acusação. A crítica só em aparência está dirigida contra a greve, pois, realmente, está voltada contra a política, imaginada como algo maléfico.

Essa visão generalizada da política como algo perverso, perigoso, distante de nós (passa-se no Estado), praticado por “eles” (os políticos profissionais) contra “nós”, sob o disfarce de agirem “por nós”, faz com que seja sentida como algo secreto e desconhecido, uma conduta calculista e oportunista, uma força corrupta e, através da polícia, uma força repressora usada contra a sociedade. Essa imagem da política como um poder do qual somos vítimas tolerantes, que consentem a violência, é paradoxal pelo menos por dois motivos principais.

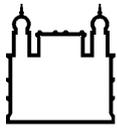
Em primeiro lugar, porque a política foi inventada pelos humanos como o modo pelo qual pudessem expressar suas diferenças e conflitos sem transformá-los em guerra total, em uso da força e extermínio recíproco. Numa palavra, como o modo pelo qual os humanos regulam e ordenam seus interesses conflitantes, seus direitos e obrigações enquanto seres sociais. Como explicar, então, que a política seja percebida como distante, maléfica e violenta?

Em segundo lugar, porque a política foi inventada como o modo pelo qual a sociedade, internamente dividida, discute, delibera e decide em comum para aprovar ou rejeitar as ações que dizem respeito a todos os seus membros. Como explicar, então, que seja percebida como algo que não nos concerne, mas nos prejudica, não nos favorece, mas favorece aos interesses escusos e ilícitos de outros?

Que aconteceu a essa invenção humana para tornar-se, paradoxalmente, um fardo de que gostaríamos de nos livrar?

Cotidianamente, jornais, rádios, televisões mostram, no mundo inteiro, fatos políticos que reforçam a visão pejorativa da política: corrupção, fraudes, crimes impunes praticados por políticos, mentiras provocando guerras para satisfazer aos interesses econômicos dos fabricantes de armamentos, desvios de recursos públicos que deveriam ser usados contra a fome, as doenças, a pobreza, aumento das desigualdades econômicas e sociais, uso das leis com finalidades opostas aos objetivos que tiveram ao ser elaboradas, etc.

Ao lado desses fatos, não passa um dia sem que saibamos o modo desumano, autoritário, violento com que funcionários públicos, cujo salário é pago por nós (através de impostos), tratam a população que busca os serviços públicos. Também contribui para a visão negativa da política a maneira como as leis estão redigidas, tornando-se incompreensíveis para a sociedade e exigindo que sejam interpretadas por especialistas, sem que tenhamos garantia de que as interpretam corretamente, se o fazem em nosso favor ou em favor de privilégios escondidos.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

O que é curioso, porém, aumentando nossa percepção da política como algo paradoxal, é o fato de que só podemos opor-nos a tais fatos e lutar contra eles através da própria política, pois mesmo quando se faz uma guerra civil ou se realiza uma revolução, os motivos e objetivos são a política, isto é, mudanças na forma e no conteúdo do poder. Mesmo as utopias de emancipação do gênero humano contra todas as modalidades de servidão, escravidão, autoritarismo, violência e injustiça concebem o término de poderes ilegítimos, mas não o término da própria política.

As pessoas que, desgostosas e decepcionadas, não querem ouvir falar em política, recusam-se a participar de atividades sociais que possam ter finalidade ou cunho políticos, afastam-se de tudo quanto lembre atividades políticas, mesmo tais pessoas, com seu isolamento e sua recusa, estão fazendo política, pois estão deixando que as coisas fiquem como estão e, portanto, que a política existente continue tal qual é. A apatia social é, pois, uma forma passiva de fazer política.

Disciplina: História

Professor: André Dantas

Orientações:

Olá, pessoal. Como vão? Espero que bem!

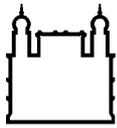
Antes de tratar do que faremos nesses próximos 15 dias, quero lembrar que sigo à disposição para os que tiverem dúvidas a resolver, pontos a aprofundar ou questões novas a apresentar. Meus contatos: (email: andre.dantas@fiocruz.br e zap: 21-98616-2460).

Bem, a partir de agora entramos numa nova fase do nosso Ensino Remoto Emergencial. Estamos às vésperas do início de nossas atividades online ou remotas a partir da plataforma Moodle. As atividades do nosso ciclo de estudos, portanto, assumem um papel ainda mais importante. Como sempre dissemos, o conteúdo trabalhado até agora será revisto, mesmo que panoramicamente.

Em História, seguiremos trabalhando com três temas muito interligados: Imperialismo/Neocolonialismo (XIX-XX), Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e Revolução Russa (1917).

Para tanto, como forma de aquecer os motores, queria pedir para que assistissem ao filme *A Guerra do Ópio*, que se encontra no link abaixo: <https://www.youtube.com/watch?v=H2qeWX2rTA8>

Para acompanhar, segue uma boa e rápida síntese, que se encontra da descrição do filme que



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

vocês assistirão, para ser lida antes do filme: “*No início do século XIX, as nações europeias só tinham autorização do governo chinês para fazer comércio através do porto de Cantão. O governo chinês também proibia os europeus de comercializarem seus produtos diretamente com os consumidores chineses. Havia intermediários (funcionários públicos) que estabeleciam cotas de produtos e preços a serem cobrados. A Grã-Bretanha, em plena Segunda Revolução Industrial, buscava avidamente mercados consumidores para seus produtos industrializados, porém as medidas protecionistas chinesas dificultavam o acesso dos britânicos ao amplo mercado consumidor chinês. Como não conseguiam ampliar o comércio de mercadorias com os chineses, os ingleses passaram a vender ópio, de forma ilegal, para a população da China como forma de ampliar os lucros. O ópio, cultivado na Índia (colônia britânica) era viciante e fazia muito mal a saúde. Em pouco tempo, os ingleses estavam vendendo toneladas de ópio na China, tornando o vício uma epidemia. O governo chinês chegou a enviar uma carta para a rainha Vitória I da Inglaterra protestando contra este verdadeira tráfico de drogas mantido pelos ingleses. Mesmo com os protestos do governo chinês, os ingleses continuaram a vender ópio na China. Em 1839, como forma de protesto, o governo chinês ordenou a destruição de um carregamento de ópio inglês. O governo britânico considerou o ataque uma grande afronta aos seus interesses comerciais e ordenou a invasão armada à China, dando início a Primeira Guerra do Ópio. Os britânicos invadiram e dominaram a China. A guerra terminou com a derrota chinesa em 1842”.*

Disciplina: Língua Estrangeira

Professoras: Andrea Antunes e Renata Rocha (Espanhol) e Luciana Figueiredo (Inglês)

Orientações:

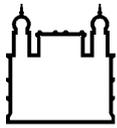
Olá, tudo bem com vocês? Esperamos que sim!

Para o **VII Ciclo** propomos uma atividade relacionada a um texto e a um vídeo que tratam de uma mesma temática, muito importante para a América Latina e, conseqüentemente, para o Brasil: **Migrantes e Refugiados**.

Texto 1 - América Latina vive momento de migração intensa; entenda o papel do Brasil -
7 de outubro de 2019

*O mundo passa por um período migratório intenso, e a América Latina tem sido um dos principais pontos desse fluxo, que é tema da segunda edição da coluna de assuntos internacionais. (*Laura Hülsemann)*

A América Latina está testemunhando uma das mais intensas fases migratórias de sua história. Desde o início da crise da Venezuela, em 2014, cerca de 4 milhões de pessoas fugiram do país – o que equivale a 10% da população. A situação venezuelana demonstrou repressão política, desastre econômico, escassez de alimentos e inflação.



Embora o Brasil seja um dos vizinhos da Venezuela, o número de refugiados recebidos no país é pequeno em comparação com países como a Colômbia, que já recebeu 1,3 milhões de venezuelanos. Brasil e Venezuela compartilham uma fronteira de 2.109 km. A maioria dos refugiados venezuelanos chega à cidade de Pacaraima, que fica ao norte do estado de Roraima. Em Boa Vista, capital roraimense, hoje vivem 32 mil venezuelanos. O aumento repentino da população levou a uma drenagem dos recursos do estado, pedindo uma maior atenção aos planejamentos financeiros.

Enquanto isso, cerca de 85 mil venezuelanos solicitaram asilo e aproximadamente 40 mil receberam um visto de residência temporária. Muitos estão chegando ou ainda esperando respostas nos campos montados pelo governo no Norte do Brasil. O processo de “interiorização” foi uma iniciativa do governo para procurar estados que estavam dispostos a abrir suas portas aos refugiados venezuelanos. Em setembro do ano passado, pela primeira vez, cerca de 300 famílias foram realocadas do Norte para o Rio Grande do Sul.

A Força Aérea Brasileira foi a responsável por transportar os refugiados aos seus destinos e, então, encaminhou-os às cidades de Porto Alegre, Esteio e Canoas. Atualmente outras ONGs e, principalmente, organizações de igrejas, estão se envolvendo cada vez mais para melhorar a situação, além de continuar com o processo de “interiorização”.

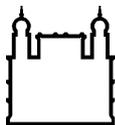
Em 2015, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou que os refugiados são a “escória do mundo”, mas, no entanto, sua política de refugiados tem sido mais acolhedora que a dos Estados Unidos (EUA). Ao contrário dos EUA, os refugiados no Brasil podem trabalhar imediatamente após receberem seus documentos. Além disso, o Brasil é conhecido internacionalmente como um país acolhedor e caloroso, aberto a estrangeiros e à diversidade.

(Adaptado de: <https://www.ufrgs.br/humanista/2019/10/07/america-latina-vive-momento-de-migracao-intensa-entenda-o-papel-do-brasil/>)



Fonte: Ministério da Justiça - <https://www.gov.br/mj/pt-br>

Texto 2 - <https://www.youtube.com/watch?v=CvTevuyLy0>



Ministério da Saúde

FIUCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



✓ Com base nos textos sugeridos, reflita sobre as seguintes questões:

- 1- Apesar do Brasil ter uma “política de refugiados” mais acolhedora que a dos EUA, você acha que a população brasileira está totalmente preparada para recebê-los e integrá-los à nossa sociedade? Justifique sua resposta.
- 2- Na sua opinião, qual ou quais dificuldades um refugiado pode ter para adaptar-se ao Brasil? Lembrando que não temos somente refugiados da América Latina, mas também temos os que vêm de diversos países da África, de culturas e dialetos variados.
- 3 - Pesquise a diferença entre “imigrantes” e “refugiados” e relacione com o que foi explicitado sobre os venezuelanos.

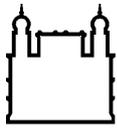
Disciplina: Literatura (atividade para as três habilitações – Análises Clínicas, Biotecnologia e Gerência em Saúde)

Professora: Gabrielle Paulanti

Orientações:

O NATURALISMO NO BRASIL

Os últimos anos do século XIX no Brasil, no que diz respeito às artes, foram marcados por uma série de movimentos e influências, sobretudo europeias, como o Parnasianismo, o Simbolismo e o Naturalismo. Esse período, marcado sobretudo pelos processos que conduziram à proclamação da República e à abolição do sistema escravocrata, tem na Literatura a expressão do panorama brasileiro permeado pelos contrastes entre os teóricos valores liberais e a estrutura racista e escravocrata. Fortemente influenciado pelas correntes científicas da época, considera-se o marco inicial do *Naturalismo* no Brasil a publicação de ‘O Mulato’, de Aluísio Azevedo, em 1881, mas o romance ‘O cortiço’ é a obra mais importante desse movimento no Brasil. O *Naturalismo* vai ao encontro da ideologia e das políticas eugenistas no Brasil na primeira república, considerando as questões do homem como produto de forças



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

naturais e instintivas, assim como seu comportamento é determinado conforme o meio, a raça e o momento em que vive.

Leitura:

Romance *O cortiço*, de Aluísio Azevedo (anexo)

Filme:

O cortiço de Francisco Ramalho Junior, de 1978.

<https://www.youtube.com/watch?v=vhuBqZTPrmM>

Disciplina: Matemática

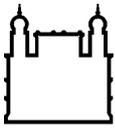
Professor: Felipe Granato

Orientações:

Olá, queridos. Mais uma quinzena de atividades. Estou enviando para vocês o gabarito da lista de Pirâmide- Geometria Espacial 2 – Volumes e áreas de Prismas e pirâmides. Gostaria que vocês fizessem nesse período o seguinte:

- Ler o gabarito da lista e comparar com suas respostas buscando assinalar os erros
- Formular um relatório com as dificuldades encontradas ao trabalharem com as listas de exercícios já apresentadas. Pode ser uma dificuldade específica como um exercício de uma lista por exemplo.
- Fazerem uma revisão de todo o material enviado nesse período assíncrono. Será de grande importância para os momentos síncronos que teremos em breve.

Abraços e se cuidem!

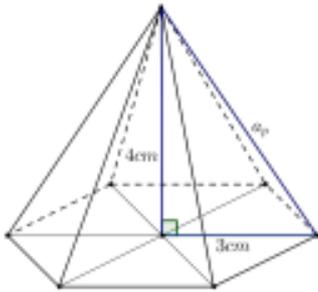


GABARITO

Respostas e Soluções.

$$1. V = \frac{12 \cdot 10}{3} = 40 \text{cm}^3$$

2. No hexágono regular a medida do lado é igual à medida do raio da circunferência circunscrita a ele. Agora, perceba, pela figura, que a aresta da pirâmide, o raio da circunferência circunscrita e a altura formam um triângulo retângulo, ou seja, $a_p^2 = 3^2 + 4^2$, segue que a aresta da pirâmide mede 5cm.



3.

$$V = \frac{A_b \cdot h}{3}$$

$$256 = \frac{8^2 \cdot h}{3}$$

$$h = 12.$$

Temos então que a altura da pirâmide mede 12cm.

4. O raio da circunferência circunscrita à base mede $R = \frac{2h}{3}$, sendo h a altura do triângulo da base, ou seja, $R = \frac{2\sqrt{3}}{3 \cdot 2} = \frac{24\sqrt{3}}{6} = 4\sqrt{3} \text{cm}$. Esse raio, a altura H da pirâmide e a aresta a_p da pirâmide formam um triângulo retângulo. Temos então:

$$12^2 = H^2 + (4\sqrt{3})^2$$

$$H^2 = 144 - 48$$

$$H^2 = 96.$$

Segue que a altura mede $4\sqrt{6} \text{cm}$.

5. Verificamos no exercício anterior que a altura H do tetraedro é $\frac{a\sqrt{6}}{3}$, sendo a a medida da aresta do tetraedro.

Temos então:

$$V = \frac{A_b \cdot H}{3}$$

$$18\sqrt{2} = \frac{a^2\sqrt{3}}{4} \cdot \frac{a\sqrt{6}}{3} \cdot \frac{1}{3}$$

$$18\sqrt{2} = \frac{a^3\sqrt{2}}{12}$$

$$a^3 = 6^3$$

$$a = 6.$$

Portanto a medida da aresta do tetraedro é 6cm.

6. Se o apótema da base, que é um triângulo equilátero, mede 3cm, então a altura desse triângulo mede 9cm, pois o apótema no triângulo é a terça parte da altura. Dessa forma, o lado do triângulo, que é a aresta da base, mede $\frac{9 \cdot 2}{\sqrt{3}} = 6\sqrt{3} \text{cm}$. Temos então que a área lateral é

$$3 \cdot \frac{6\sqrt{3} \cdot 10}{2} = 90\sqrt{3} \text{cm}^2, \text{ segue que a área total é } 90\sqrt{3} + 27\sqrt{3} = 117\sqrt{3} \text{cm}^2.$$

7. Como são oito palitos, a pirâmide deve ser quadrangular e regular, já que os palitos têm o mesmo tamanho. A área da base é $30^2 = 900 \text{cm}^2$. Para o cálculo da altura, precisaremos observar o triângulo retângulo formado pelo raio da circunferência circunscrita ao triângulo da base, R , pela aresta lateral a_p e pela altura H . Temos então:

$$H^2 + R^2 = a_p^2$$

$$H^2 + \left(\frac{30\sqrt{2}}{2}\right)^2 = 30^2$$

$$H^2 = 900 - 450$$

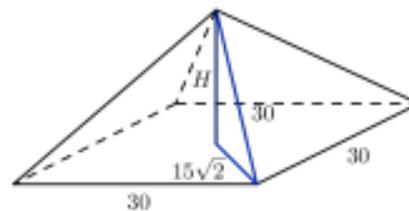
$$H = \sqrt{450}$$

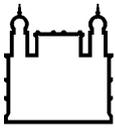
$$H = 15\sqrt{2} \text{cm}.$$

Temos então que o volume é:

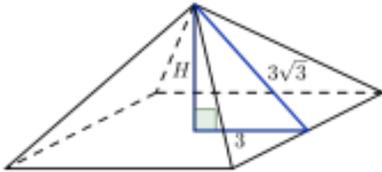
$$V = \frac{900 \cdot 15\sqrt{2}}{3}$$

$$V = 4500\sqrt{2} \text{cm}^3.$$





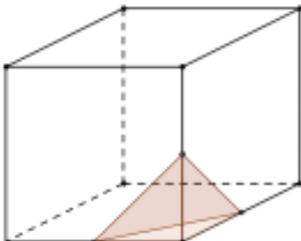
8. Como todas as arestas são congruentes, de medida a , temos que a área total é $a^2 + 4 \cdot \frac{a^2\sqrt{3}}{4} = 36 + 36\sqrt{3}$, ou seja, $a = 6\text{cm}$. O triângulo formado pelo apótema da pirâmide, $\frac{a\sqrt{3}}{2} = 3\sqrt{3}\text{cm}$, pelo apótema da base, $\frac{a}{2} = 3\text{cm}$, e a altura H , é retângulo. Temos então $H^2 + 3^2 = (3\sqrt{3})^2$, segue que $H = 3\sqrt{2}\text{cm}$. Calculando o volume encontramos $V = \frac{36 \cdot 3\sqrt{2}}{3} = 36\sqrt{2}\text{cm}^3$.



9. Podemos decompor o octaedro regular em duas pirâmides quadrangulares regulares. Vimos no exercício anterior que podemos calcular a altura de uma pirâmide quadrangular regular usando os apótemas da base e da pirâmide, ou seja, $H = 3\sqrt{2}\text{cm}$. Temos então que o volume do octaedro é $2 \cdot \frac{6^2 \cdot 3\sqrt{2}}{3} = 72\sqrt{2}\text{cm}^3$.

10. Três das arestas desta pirâmide medem a metade do lado do cubo, ou seja, $\frac{a}{2}$. Assumindo uma das faces da pirâmide, que não esteja contida no plano α , como base, temos que essa base é um triângulo retângulo de catetos medindo $\frac{a}{2}$ e altura também medindo $\frac{a}{2}$. Assim, o volume

da pirâmide é $V = \frac{\frac{a^2}{8} \cdot \frac{a}{2}}{3} = \frac{a^3}{48}$.

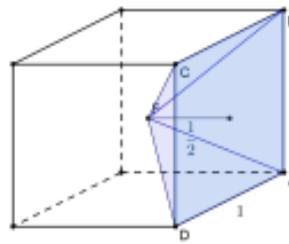


11. (Extraído da UF-RS) Se o volume do cubo é 1, temos $a^3 = 1$, segue que a medida de sua aresta é 1. A pirâmide formada é quadrangular regular, cuja aresta da base mede 1 e altura, $\frac{1}{2}$. Temos então que o volume da pirâmide é $V = \frac{1^2 \cdot \frac{1}{2}}{3} = \frac{1}{6}$.

Pitágoras, obtemos:

$$\begin{aligned} EF^2 + CF^2 &= CE^2 \\ EF^2 + \left(\frac{a}{2}\right)^2 &= \left(\frac{a\sqrt{3}}{2}\right)^2 \\ EF^2 &= \frac{3a^2}{4} - \frac{a^2}{4} \\ EF^2 &= \frac{a^2\sqrt{2}}{2} \end{aligned}$$

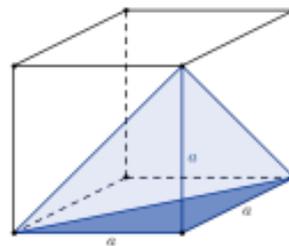
Resposta B.



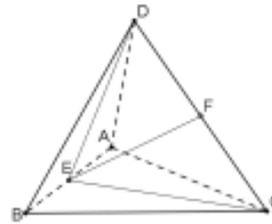
12. (Extraído da FUVEST - 2014) Chamando a medida da aresta do cubo de a , o volume do cubo é a^3 . O tetraedro tem um triângulo retângulo na base, cujos catetos medem a e altura também mede a . Assim, seu volume é:

$$V = \frac{\frac{a^2}{2} \cdot a}{3} = \frac{a^3}{6}$$

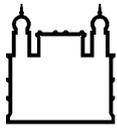
Temos então que a razão entre o volume do tetraedro e o volume do cubo é $\frac{1}{6}$. Resposta B.



13. (Extraído da FUVEST) Vamos traçar os segmentos \overline{EC} , \overline{ED} e \overline{EF} .



Como o tetraedro é regular, então \overline{ED} e \overline{EC} são congruentes, pois são alturas de triângulos equiláteros congruentes, medindo $\frac{a\sqrt{3}}{2}$. Como F é ponto médio de \overline{CD} , então \overline{EF} é a altura do triângulo isósceles CDE , ou seja, temos um triângulo retângulo CEF , que, aplicando o teorema de



Disciplina: Química

Professor: Marcos Vinícius Motta

Orientações:

SOLUÇÕES QUÍMICAS

→ Conceito

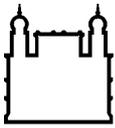
Solução é uma mistura homogênea entre duas ou mais substâncias.
processo utilizado para obter essa mistura é chamado de *dissolução*.

Uma solução é sempre formada pelo soluto e pelo solvente.



Soluto—substância que será dissolvida. (**Menor quantidade**)

Solvente—substância que dissolve. (**Maior quantidade**)



Soluções

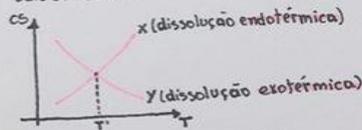
- mistura homogênea formada por dois ou mais componentes.
- soluto: índice 1 / solvente: índice 2 / solução: sem índice.

classificação das soluções

- **INSATURADA**: soluto abaixo do coeficiente de solubilidade.
- **SATURADA**: soluto é igual ao coeficiente de solubilidade; está no limite.
- **SUPERSATURADA**: quando a quantidade de soluto supera o limite; há uma ΔT , seja resfriamento/aquecimento.

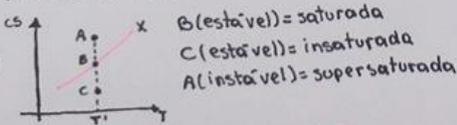
coeficiente de solubilidade (CS)

- ↳ qtd. máxima dissolvida de uma substância em uma determinada temperatura e pressão, em uma qtd. padrão de solvente.
- ↳ pode aumentar ou diminuir com a temperatura.
- ↳ polar dissolve polar / apolar dissolve apolar.
- ↳ a variação do CS em função da temperatura é representada através do gráfico de curva de solubilidade.



- OBS: $T = T' \Rightarrow CS(x) = CS(y)$
 $T < T' \Rightarrow CS(y) = CS(x)$
 $T > T' \Rightarrow CS(x) = CS(y)$

→ para gases dissolvidos em líquidos, o CS depende da pressão.



concentração comum (C)

$$C = \frac{m_1}{V}$$

→ massa do soluto
 → volume da solução

UNIDADES: g/L
 Kg/L
 mg/L
 g/mL

concentração molar (M)

$$M = \frac{n_1}{V} = \frac{m_1}{M_1 \cdot V}$$

↳ Molaridade

→ n° de mol do soluto
 → massa do soluto
 → massa molar do soluto
 → volume da solução em litros sempre

UNIDADES: mol/L (mol L⁻¹)

titulo (B)

em massa: $B_m = \frac{m_1}{m} \times 100\%$ em massa do soluto

em volume: $B_v = \frac{V_1}{V} \times 100\%$ em volume do soluto

densidade (d)

$$d = \frac{m}{V}$$

UNIDADES: g/L
 g/mL
 Kg/L, etc.

relação entre as concentrações

$$C = B \cdot d = M \cdot M_1$$

C → g/L M → mol/L
 B → 0 < B < 1 M₁ → g/mol
 d → g/L

ppm (partes por milhão)

$$1 \text{ ppm} = \frac{1 \text{ mg}}{1000000 \text{ mg}} = \frac{1 \text{ mg}}{1 \text{ Kg}} = 1 \text{ mg/L}$$

diluições: acrescentar solvente

$$C_i = \frac{m_1}{V_i} \quad C_f = \frac{m_f}{V_f}$$

$$m_1 = C_i \cdot V_i \quad m_f = C_f \cdot V_f$$

$$C_i \cdot V_i = C_f \cdot V_f$$

titulações

$$m_f = m_1 + m_2 \quad n_f = n_1 + n_2$$

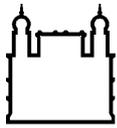
$$C_f \cdot V_f = C_1 \cdot V_1 + C_2 \cdot V_2 \quad M_f \cdot V_f = M_1 \cdot V_1 + M_2 \cdot V_2$$

↳ M

@maystudypalner

EXERCÍCIOS

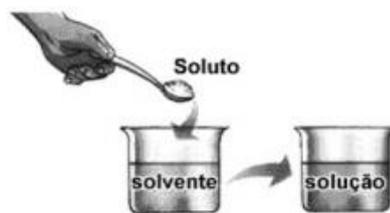
- (U. Anhembi Morumbi-SP) Se dissolvermos totalmente uma certa quantidade de sal em solvente e por qualquer perturbação uma parte do sal se depositar, qual a solução que teremos no final?
 - saturada com corpo de fundo
 - supersaturada com corpo de fundo
 - insaturada
 - supersaturada sem corpo de fundo
 - saturada sem corpo de fundo



2) (Unicamp-SP) *Evapora-se totalmente o solvente de 250 mL de uma solução aquosa de $MgCl_2$ de concentração 8,0 g/L. Quantos gramas de soluto são obtidos?*

- a) 8,0
- b) 6,0
- c) 4,0
- d) 2,0
- e) 1,0

3) (ENEM 2010) *Ao colocar um pouco de açúcar na água e mexer até a obtenção de uma só fase, prepara-se uma solução. O mesmo acontece ao se adicionar um pouquinho de sal à água e misturar bem. Uma substância capaz de dissolver o soluto é denominada solvente; por exemplo, a água é um solvente para o açúcar, para o sal e para várias outras substâncias. A figura a seguir ilustra essa citação.*



Disponível em: www.sobiologia.com.br. Acesso em: 27 abr. 2010.

Suponha que uma pessoa, para adoçar seu cafezinho, tenha utilizado 3,42 g de sacarose (massa molar igual a 342 g/mol) para uma xícara de 50 mL do líquido. Qual é a concentração final em mol/L de sacarose nesse cafezinho?

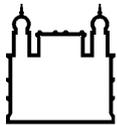
- a) 0,02
- b) 0,2
- c) 2
- d) 200
- e) 2000

4) (Unicamp-SP) *Evapora-se totalmente o solvente de 250 mL de uma solução aquosa de $MgCl_2$ de concentração 8,0 g/L. Quantos gramas de soluto são obtidos?*

- a) 8,0
- b) 6,0
- c) 4,0
- d) 2,0
- e) 1,0

5) (PUC) Se dissolvermos 40 g de hidróxido de sódio em 162 g de água, a quente, a fração molar do soluto será: **(Dados: Na = 23; O = 16; H = 1)**

- a) 0,2
- b) 0,02
- c) 0,1



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



d) 0,01

e) n.d.a.

Vídeos para consulta da matéria:

Soluções: <https://www.youtube.com/watch?v=kxds4I2x1uo>